

Durante o regime militar, censores acompanhavam o fechamento das edições dos jornais e determinavam o que podia sair. Algumas publicações substituíam as matérias censuradas por receitas culinárias ou trechos de *Os Lusíadas*

De volta ao passado

Luiz Roberto Magalhães

Das equipe do **Correio**

A censura a que foi submetido o **Correio Braziliense** trouxe de volta uma prática que se achava extinta há quase 20 anos, quando do fim da ditadura militar.

Na imprensa brasileira, o verdadeiro cerco à liberdade começou em 1967, quando foram editadas a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional. A primeira estabelecia como obrigatória a presença de censores em todos os jornais, revistas e outros órgãos. A situação agravou-se em dezembro de 1968, quando foi editado o AI-5, que reforçou a censura nos jornais, rádios, emissoras de televisão e outros meios de comunicação.

O professor Victor Gentilli, editor do Observatório de Imprensa e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, lembra de casos clássicos da época em que os censores fre-

qüentavam as redações. “Os censores chegavam com uma lista do que podia e o que não podia ser publicado. Jornais como *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* constantemente tinham suas matérias censuradas. Censores ficavam o tempo todo no fechamento das edições. As matérias que era impedidas de sair no *Jornal da Tarde* eram substituídas por receitas culinárias e as que não podiam sair no *Estado de São Paulo* tinham trechos dos *Lusíadas*, de Camões”.

Gentilli recordou também que a revista *Veja* passou por um período de censura entre 1973 e 1974 e teve que conviver com censores em sua redação. “Quando suas matérias eram impossibilitadas de sair, eles publicavam diabinhos ou então a árvore da Editora Abril no lugar. Mas até os diabinhos depois foram proibidos”.

Mas, segundo Gentilli, quem mais sofreu com a censura foi a imprensa alternativa. Jornais como o *Pasquim*, nascido pou-

CAPA DA VEJA RECOLHIDA EM DEZEMBRO DE 1969, DURANTE O AI-5

co depois do AI-5, tinham que enviar uma cópia do jornal para os censores em Brasília, que depois as mandavam de volta di-

veja
E LEIA
FATORES ANTE - 14 de 11 - 10 DE DEZEMBRO DE 1969

TORTURAS



zendo o que podia e o que não podia sair. “Eles às vezes tinham que fazer dois jornais porque muita coisa era censurada.”

CASOS RECENTES

Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a prática da censura continua. A entidade publicou, em setembro, o Relatório Anual sobre a Liberdade de Imprensa no Brasil.

13 DE NOVEMBRO DE 2001

■ O juiz Régis de Oliveira Montenegro Barbosa, de Porto Alegre, deferiu liminar determinando que os jornais Zero Hora e Diário Gaúcho não publicassem o conteúdo de uma fita que continha o diálogo entre jornalistas do Diário Gaúcho e o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Jairo Carneiro. A ordem judicial foi dada na madrugada do dia 13 de novembro, quando as edições já estavam impressas, mas nenhum dos jornais estava publicando trechos da fita.

12 DE ABRIL DE 2002

■ A Gazeta, de Rio Branco (AC), em correspondência à ANJ, alertou sobre uma medida do governador Jorge Viana restringindo a liberdade de imprensa. Um artigo da lei que instituiu o Programa Estadual de

Combate à Violência Intrafamiliar determinava: “criação de um código de ética junto aos setores de imprensa, comunicação e cultura, visando a reprodução dos valores da paz e a não reprodução dos valores que reforçam a violência, bem como a qualificação de profissionais que atuam nessa área, para esse fim”.

21 DE MAIO DE 2002

■ A Justiça do Rio de Janeiro concedeu liminar ao então candidato do PSB à Presidência da República Anthony Garotinho impedindo a veiculação de informações pela revista Carta Capital. Garotinho já havia usado recurso idêntico em 13 de julho de 2001, para censurar o jornal O Globo e outros veículos de comunicação.